



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

**“MINHA JANGADA VAI SAIR PRO MAR”¹: MULHERES NEGRAS E (RE)EXISTÊNCIAS NA
PESCA.**

CAROLINE TERTULINO DA SILVA²

JANAÍKY PEREIRA DE ALMEIDA³

KARINNA LÚCIA DE MELO MACENA⁴

ERICA EMANUELLE COSTA SANTIAGO⁵

RESUMO

As determinações sociais que envolvem classe, raça e sexo/gênero estão presentes nas diversas áreas urbanas e rurais e têm repercussões diretas na organização política dos trabalhadores. O objetivo do trabalho é abordar as formas de resistência das mulheres negras que trabalham com atividades vinculadas à pesca no Estado do Rio Grande do Norte; e a resistência das comunidades frente ao capitalismo.

Palavras-chave: Comunidades pesqueiras. Divisão social, sexual e racial do trabalho. Organização política. Mulheres negras.

ABSTRACT

Social determinations involving class, race and sex/gender are present in different urban and rural areas and have direct repercussions on the political organization of workers. The objective of the work is to address the forms of resistance of black women who work in activities linked to fishing in the State of Rio Grande do Norte; and the resistance of communities against capitalism.

¹ Música de autoria de Dorival Caymmi.

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Keywords: Fishing communities. Social, sexual, and racial division of labor. Political organization. Black women.

Introdução

O rural é diverso, bem como a constituição da classe trabalhadora que atua neste espaço. Comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, das florestas e das águas têm em comum o trabalho na natureza como principal meio de subsistência. No entanto, esta natureza é afetada e é parte de como se organizam as relações sociais na sociedade patriarcal, capitalista e racista.

Com o avanço do agronegócio, das grandes empresas e das configurações da sociedade capitalista no campo, as relações de trabalho têm historicamente sofrido modificações, entre o êxodo rural e novas modalidades de vínculos trabalhistas, atrelado a diversidade de trabalhos de agricultores, ribeirinhos e demais populações rurais.

Neste espaço, no enfrentamento à exploração e desigualdades, têm surgido diversas organizações políticas como o Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Atingidos por Barragem, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores; bem como Associações Rurais e Cooperativas. Na particularidade deste trabalho, iremos dialogar sobre a organização política de pescadores/as no Estado do Rio Grande do Norte.

As reflexões que ancoraram a escrita deste artigo são oriundas da sistematização de parte da pesquisa sobre condições de vida e trabalho das mulheres negras no RN, a qual todas as integrantes fazem parte. Também é fruto da participação política de uma das integrantes nas lutas pela preservação ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, onde a mesma reside e também se articula via atividades de extensão da UFRN.

As reflexões aqui elaboradas é um esforço coletivo de somar na elaboração sobre a história de vida dos povos do RN, “esquecidos” pela historiografia oficial, bem como referenciar as diversas formas históricas e atuais de organização política da classe trabalhadora neste Estado.

1 - A sociedade capitalista e o trabalho na área rural

O trabalho desempenha um papel central no desenvolvimento da sociedade. Uma importância que se mantém atualmente, adaptando-se às características específicas de cada período histórico. Contudo, é essencial reconhecer que, embora o trabalho seja peça fundamental na estruturação do ser social, ele não é capaz por si só de explicar todas as nuances das relações

sociais. A realidade, como enfatiza Marx (1982, p. 14), é “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”.

Compreender a realidade concreta requer uma abordagem que leve em conta sua totalidade. Dessa forma, a centralidade do trabalho expressa sua prioridade ontológica como elemento constitutivo do ser social. No entanto, conceder tal prioridade a uma categoria não implica em separá-la ou hierarquizá-la em termos de valor.

Lukács aborda o conceito de prioridade ontológica ao estabelecer uma relação entre o ser, a consciência e os processos de produção e reprodução:

Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência [...] O mesmo vale, no plano ontológico, para a prioridade da produção e da reprodução do ser humano em relação a outras funções. (1979, p. 19).

Foi por meio do trabalho que homens e mulheres construíram um ambiente exclusivamente humano, permitindo não apenas a satisfação de necessidades básicas, mas também o desenvolvimento de outras mais complexas. Conforme Lukács (2004, p. 62) destaca, “através do trabalho torna-se, por um lado, modelo de toda práxis social na medida em que - ainda que através de mediações muito diversificadas - se realizam sempre posições teleológicas, em última análise, de ordem material”.

Ao longo da história, os seres humanos foram criando maneiras de produzir e interagir entre si. O capitalismo é apenas uma dessas formas, fundamentada na apropriação privada dos resultados do trabalho pelo capital, impulsionando sua contínua expansão. Em contrapartida, tal estrutura revela uma contradição intrínseca: a crescente pauperização (relativa ou absoluta) daqueles que produzem os bens por meio do trabalho assalariado.

Nos estudos de Marx acerca da sociabilidade capitalista, ele evidencia como o conflito de classes entre os trabalhadores e o capital surge de uma estrutura baseada no antagonismo: as forças produtivas, de modo geral, passam a ser divididas, desproporcionalmente, entre as classes detentoras dos meios de produção (burguesia) e as das forças de trabalho (proletariado). Estes, trabalhadores “livres”, possuem o dever de vender a própria força de trabalho para contribuir com o pilar do sistema em questão, de maneira a produzir o excedente (e, conseqüentemente, a mais-valia) em troca de um salário.

No contexto hodierno, com a Terceira Revolução Tecnológica - marcada pelo avanço da robótica e da informática -, as mudanças no mundo do trabalho apresentam enormes desafios

para a classe trabalhadora, sobretudo na área rural. Essas mudanças têm levado a um processo direto de intensificação e precarização do trabalho no campo, tão significativo que, combinado com os mecanismos ideológicos promovidos pelos princípios neoliberais, têm dificultado a organização e a luta dos diversos segmentos da classe trabalhadora, em escala global.

Segundo Kautsky (1986), com a integração agricultura-indústria, os trabalhadores rurais, aos poucos, passam a se inserir no sistema capitalista, para se tornarem assalariados ou focados na produção para o mercado. Ele destaca que, à medida que se aproximam dos padrões capitalistas de produção, tornam-se mais visíveis as diferenças técnicas entre as grandes propriedades agrícolas e os pequenos produtores rurais.

A partir disso, o autor argumenta que a pequena produção tem dificuldades para sobreviver em uma sociedade dominada pelo capitalismo, devido às vantagens da grande propriedade e à competição.

Assim, ao discutir o trabalho na área rural, é fundamental reconhecer que este contempla uma enorme pluralidade de povos e comunidades. Além dos trabalhadores tradicionais do campo, há também os das florestas, dos cerrados, das águas etc. - à exemplo das comunidades pesqueiras, indígenas e quilombolas -. Cada um com sua singularidade de modo de vida, de produção e relações com o meio ambiente que, por vezes, são distintos da lógica capitalista dominante. E, por isso, sofrem com o avanço do agronegócio e a pressão exercida sobre seus territórios por interesses financeiros.

Interesses estes que têm trazido crescimento econômico para o Brasil, e são frequentemente vistos como geradores de melhoria de qualidade de vida, devido à expansão das fronteiras agrícolas e o desenvolvimento do agronegócio em diversos setores, incluindo soja, cana-de-açúcar, carne etc. No entanto, por outro lado, “isso acarreta a incidência pouco integrada de numerosos projetos setoriais sobre os territórios, propiciando o uso intensivo dos bens naturais e favorecendo a reprodução das desigualdades regionais e sociais” (Pessoa e Rigotto, 2012).

Como resultado, o avanço do agronegócio tem exercido uma pressão gradativa na vida das comunidades rurais, ameaçando não apenas seus meios de subsistência, mas também sua identidade cultural e seus direitos territoriais. As práticas agressivas do agronegócio, como o desmatamento e o uso indiscriminado de agrotóxicos, têm devastado ecossistemas inteiros e expulsado povos de suas terras. Comunidades indígenas e quilombolas, em particular, têm sido frequentemente alvos de violência e discriminação em nome do desenvolvimento econômico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em relação às comunidades pesqueiras, acompanhamos na última década diversos desastres ambientais que tiveram repercussões na dinâmica de vida e trabalho de pescadores/as, como o rompimento de barragem de minério em Brumadinho, em 2019, causando a morte de 272 pessoas e espalhando resíduos de minério pelo rio Paraopeba, bem como o aparecimento, no mesmo ano, de manchas de óleo em diversas praias do território brasileiro, conforme aponta CNN Brasil (2024). Ambos os desastres, para além dos transtornos ambientais, interferiram diretamente nas atividades de pesca e, conseqüentemente, nas condições de vida e trabalho dos/as pescadores/as.

2 - Organização coletiva e Comunidades pesqueiras no RN

O Rio Grande do Norte apresenta uma vasta diversidade cultural e socioeconômica, principalmente no que se refere às comunidades tradicionais pesqueiras. Ao total, são cerca de 98 espalhadas pelo Estado, em 25 municípios (MPA, 2012; IBAMA, 2010 apud SILVA; MILLER, 2019, p.97), conforme exibido abaixo.

Mapa elaborado por Cruz (2024), a partir de dados fornecidos pela FEPERN.





Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As comunidades que possuem a pesca artesanal como forma de subsistência, por vezes são afetadas pela falta de políticas públicas efetivas e pelas grandes indústrias capitalistas que ambicionam explorá-las - o que impacta, conseqüentemente, na luta coletiva da população pesqueira -.

No que se refere a identificação de organizações coletivas nesses territórios, ainda são poucos os movimentos coletivos identificados, frente ao avanço na exploração destrutiva dos recursos naturais, que são as principais fontes de renda das comunidades tradicionais pesqueiras. Com base nas análises bibliográficas⁶, identificamos que a produção científica sobre o tema ainda possui um déficit, tendo em vista a dimensão do Estado, e das diversas comunidades pesqueiras que o compõem.

Os principais trabalhos identificados nos últimos anos, que possibilitaram visualizar a organização coletiva nas comunidades tradicionais pesqueiras, foram referentes a comunidade de Enxu Queimado⁷. Esta se trata da luta pelo território, pela preservação ambiental e direitos sociais, sobretudo das mulheres marisqueiras e dos pescadores (MEDEIROS, MILER, 2023).

Similarmente, a pesquisa realizada buscou compreender as ações de mobilização realizadas pelos (as) moradores (as) da comunidade, para evitar a sua desterritorialização (VITAL, MOURA, 2023), frente ao avanço das empresas de energia eólica, que tentam implantar seus negócios, em sobreposição às demais atividades fonte de renda da população local.

Arelado a isso, analisamos trabalhos que procuram identificar o perfil e os aspectos socioeconômicos nas comunidades de Patané/Camocim (Arez/RN)⁸ (SILVA; MILLER, 2019), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (DIAS; ROSA; DAMASCENO, 2007); como também, em Tibau do Sul (SILVA; OLIVEIRA; JUNIOR, 2013), a fim de analisarmos a forma como essas condições implicam na organização coletiva dos pescadores

⁶ Foi realizado um levantamento bibliográfico nos materiais publicados a partir do ano de 2007 até 2023, Este levantamento se deu por meio de revistas, bancos de teses, dissertações, monografias e sites; onde as principais áreas que abordaram o tema foram: ciências sociais, geografia e antropologia.

⁷ Enxu Queimado é uma comunidade na qual os moradores se autodeclaram como Comunidade Tradicional Pesqueira. Está situada a 147 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte, (MEDEIROS, 2021) Conta com aproximadamente 2.400 pessoas vivendo na comunidade fundada há mais de 100 anos. Das 810 moradias, 97% está situada na zona rural. (MARCO ZERO, 2023). Disponível em: <https://marcozero.org/comunidade-de-enxu-queimado-garante-direito-a-terra-apos-empresa-nao-provar-poses-do-terreno/#:~:text=Aproximadamente%202.400%20pessoas%20vivem%20na,a%20pandemia%20de%20covid%2D19>. Acesso em: 07 abr. 2024.

⁸ O município de Arez localiza-se no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte.). As comunidades de Patané e Camocim estão inseridas na porção leste do município de Arez Os principais acessos às duas comunidades são pela Rodovia Federal (BR-101) e pelas Rodovias Estaduais (RN-061 e RN-002). Segundo informações da Prefeitura Municipal (2013), as duas comunidades compreendem aproximadamente 2.000 (dois mil) habitantes, em sua maioria, nativos e – em menor número – nascidos em municípios vizinhos, como Senador Georgino Avelino e Nísia Floresta. (SILVA;MILER, 2019).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e das mulheres marisqueiras. Um dos elementos centrais é o fator econômico, o qual influencia diretamente nas questões de subsistência dessas pessoas e implica no tempo destinado ao trabalho e às lutas sociais.

Ademais, existe o cansaço que desafia todas as formas de mobilizações coletivas, à medida que são os principais impulsionadores. Percebemos, nas comunidades tradicionais, que esse fator pode não ser suficiente, se não estiver acompanhado de uma consciência política, reconhecimento dos direitos sociais e pertencimento aos seus territórios - por vezes, acabam sendo engolidos pela ganância do capital -.

Contudo, algumas comunidades ainda resistem a esses processos destrutivos: a luta pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão - criada pela Lei 8.349 de 18 de julho de 2003 -, é exemplo da resistência popular, a qual teve um protagonismo expressivo das comunidades que a compõe, sendo as mais expressivas no território: Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinhos⁹. Em sua maioria, composta por pescadores e marisqueiras.

Goulart (2007) pontua a participação das mulheres nesse processo coletivo, a fim de historicizar os acontecimentos, expressando que “as ações de des-historicização que, no Ocidente, retiram as mulheres da cena comunitária desvalorizando ou tornando invisíveis os seus papéis de agentes da construção social” (2007, p.8). Desse modo, percebemos a importância de estudos como este, que evidenciam a participação das marisqueiras, as quais fazem parte da história e formação de diversas comunidades.

Além dos estudos já realizados, identificamos, através de uma tabela disponibilizada pela Federação Dos Pescadores Do Rio Grande Do Norte – FEPERN (2024), a relação dos endereços das colônias de pesca do Estado do Rio Grande do Norte. No entanto, não podemos afirmar se todas estão em pleno funcionamento e se atendem aos direitos e interesses dos pescadores e das marisqueiras: é comum observar, como afirma Dias, Rosa e Damasceno (2007), que “os interesses políticos e a “politicagem” que movem diversas colônias de pescadores litoral afora, prevalecem, negando às mulheres trabalhadoras da pesca, o acesso a direitos trabalhistas já conquistados por essa classe tão marginalizada.” (2007, p.32).

A ausência de conhecimento acerca do funcionamento efetivo das colônias pesqueiras incita uma reflexão crítica não apenas sobre as condições laborais e de vida dos pescadores e

⁹ As comunidade de Diogo Lopes, Barreiras e Sertãozinho são distritos vizinho e pertencem ao município de Macau, O município de Macau compreende uma área de 788 km² (sendo 83,41 km² ou 10,58% localizado dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão RDSEPT) e uma população estimada em 31.592 habitantes em 2016 (IBGE, 2016). A distância da RDSEPT (Comunidade de Diogo Lopes) até a capital do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal, é de 182 km com acesso pela BR 406. (IDEMA, 2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marisqueiras nas comunidades no RN, mas também sobre as mulheres, historicamente relegadas a ocupar os espaços de trabalho mais precários.

Ao examinar a realidade específica das mulheres marisqueiras, torna-se evidente que essa disparidade se manifesta de maneira acentuada. Não apenas enfrentam a carência de acesso a políticas públicas, mas também as condições precárias de subsistência laboral e a falta de reconhecimento de seu trabalho, intensificando a precariedade inerente a essa atividade.

Essa análise crítica amplia a compreensão das complexidades do ambiente de trabalho e das desigualdades de gênero que permeiam a realidade das comunidades pesqueiras, demandando uma abordagem mais abrangente e inclusiva nas políticas e ações destinadas a esses grupos.

As condições conjugais, de moradia e socioeconômicas destas mulheres trabalhadoras da pesca são precárias, instáveis e bastante sofridas. Como afirmado por Vieira & Lima (2003), as mulheres marisqueiras sempre trabalharam na informalidade, com relações de trabalho precarizadas, sendo discriminadas, alijadas ao acesso à educação, ao direito, não reconhecido por sua própria organização, a colônia de pescadores. [...] As condições de trabalho das marisqueiras também reforçam o caráter precário desta atividade. Não há medidas de segurança contra acidentes, contra queimaduras solares nem contra incidentes eventuais que possam acontecer com as marisqueiras ou com as crianças (seus filhos) que as acompanham. (DIAS; ROSA; DAMASCENO, 2007, p.32)

Assim, é crucial enfatizar a importância desses espaços enquanto ambientes de reconhecimento profissional e de oportunidade para as marisqueiras se organizarem coletivamente como agentes políticos.

Por meio dessa organização, buscam fortalecer o acesso aos direitos frequentemente negligenciados, sobretudo no que concerne à proteção e preservação de seus territórios e ambientes de trabalho. Ao promover a coesão e a representatividade, as colônias emergem como ferramentas cruciais para a promoção da justiça social e a defesa dos interesses dessas comunidades. Contribuindo, assim, para a construção de uma abordagem mais equitativa e participativa nos processos decisórios que impactam suas vidas e meios de subsistência.

3 - Pescadores e marisqueiras: divisão sexual do trabalho no mar

No desenvolvimento da sociedade capitalista a divisão dos espaços segue uma territorialidade pautada no ordenamento econômico da produção, como aponta Harvey (2005) sobre a produção capitalista do espaço. Esta divisão, quando analisada de maneira isolada, tende



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a gerar falsas dicotomias a exemplo da separação entre rural e urbano, campo e cidade, produção e reprodução. Neste artigo, entendemos que:

De acordo com a concepção materialista, o fato decisivo na história é, em última instância, a produção e reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro, a produção do homem [e da mulher] mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro. (Engels, 1961, p.4¹⁰).

Delineamos também como pressuposto inicial para o debate sobre a divisão sexual do trabalho o reconhecimento do trabalho das mulheres não somente no espaço da reprodução, como uma esfera isolada da produção, mas como parte do processo de produção do trabalho social (Almeida, 2017).

No seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. As exigências da análise, leva-nos a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução. Compreendidas dessa forma, a produção e a reprodução são indissociáveis. Não se pode pensar uma sem a outra; uma é a condição da outra. Curiosamente, no entanto, enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução (COMBES; HAICAULT, 1986, p.24-25).

Para as autoras a subordinação da reprodução a produção, postas como esferas separadas e hierarquizadas se apoia na subordinação das mulheres aos homens sobre a qual repousa a divisão sexual do trabalho. Portanto, na sociedade capitalista a divisão social do trabalho se soma a divisão sexual do trabalho. Na particularidade da formação social brasileira se interliga ainda o que, algumas autoras, vem denominando de divisão racial do trabalho (Gonzalez, 1980).

Este arcabouço inicial é o chão sob o qual se estrutura a análise da divisão sexual do trabalho nas atividades de pesca, atrelado a compreensão do rural como parte da totalidade da sociedade capitalista na relação entre os seres humanos e a natureza. Para além do diálogo sobre o trabalho em si e como este vem mudando, com a privatização dos meios de produção, conforme vimos no tópico anterior, apontamos como as relações sociais de classe, raça e

¹⁰ Prefácio à primeira edição (1884).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sexo/gênero se imbricam na reprodução cultural, econômica e política das relações entre homens e mulheres na área rural e mais particularmente nas zonas marítimas.

Como um caleidoscópio de várias épocas, o modo como se estrutura o trabalho no mar mantém elementos considerados arcaicos ou mais artesanais, coexistindo com novas tecnologias marítimas, as quais são inacessíveis à maior parte das comunidades pesqueiras. O conhecimento sobre a natureza que é a base de sustentação da atividade de pesca ganha novos entornos com o avanço da degradação do meio ambiente e a introdução de novos empreendimentos que afetam diretamente a atividade pesqueira e tem repercussões no modo de vida das comunidades.

O conhecimento da natureza é a principal base de sustentação. Muitos pescadores afirmam que identificam o peixe através da lua e da maré, conhece os pontos de pesca pelos sinais das diferentes águas. Mas, esta natureza, por causa da intervenção humana, está sendo modificada de forma agressiva. A consequência é que cada vez se torna mais difícil identificar os elementos da natureza como orientadores do ciclo da vida pesqueira (...). A identificação da natureza faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água necessários à reprodução física e cultural das populações pesqueiras. A característica principal do ser do pescador e da pescadora artesanal é a sua tradicionalidade, o modo de viver e de se relacionar com a natureza. Possuem valores próprios e desenvolvem técnicas que garantem a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros. (Movimento dos pescadores e pescadoras Artesanais, s/a, p.4)

Aqui queremos dar ênfase ao debate sobre sustentabilidade familiar e articulá-lo ao diálogo sobre como a divisão sexual do trabalho se expressa no espaço rural e mais particularmente no mar. Compreendemos, no entendimento das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, que as tradições também são imbuídas de elementos conservadores, uma vez que se forjam no seio da sociedade patriarcal, capitalista e capitalista, por mais que expresse também contradições e resistências.

A pesca artesanal é marcada, fortemente, pelo patriarcado e também pela tradicionalidade cultural existente, no qual o ato da captura do pescado seria executado apenas por homens (...). Ao que se pese, a tradicionalidade que perpassa nas colônias de pesca artesanal e na interferência do trabalho feminino, coadunam com a invisibilidade destas e com o não reconhecimento como sujeitos de direitos. (Antunes Neto; Silva, Amaral, 2021, p. 106, 107).

No que se refere à sustentabilidade familiar e ao trabalho das mulheres, Saffioti (2013, p.61) aponta com precisão que “em todas as épocas e lugares tem ela [a mulher] contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”. No entanto, seja nos espaços urbanos em sua diversidade, seja na diversidade dos espaços rurais este trabalho não é valorizado, bem como reconhecido como parte da engrenagem que sustenta o sistema capitalista.

Na área rural, historicamente o trabalho das mulheres era e ainda é considerado apenas como ajuda, o que dificultou, por muito tempo, a própria identificação das mesmas como agricultoras, ou no caso do trabalho no mar, como pescadoras.

Aparentemente pode-se inferir que se trata apenas de uma nomeação abstrata, no entanto, a ausência de nomeação como trabalhadoras tem três repercussões reais na vida delas: 1 – Desafio para acessar os direitos vinculados à categoria profissional em que se encontram; 2 – Desafio de se organizar politicamente a partir do reconhecimento enquanto classe trabalhadora e não apenas como “ajudante” do trabalhador; 3 – Na divisão do trabalho fica responsável por atividades que são historicamente mais penosas - por considerar que a mulher é mais “paciente e mais resiliente” – e contraditoriamente ao esforço empreendido, mais desvalorizadas. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelas marisqueiras.

4 - Mulheres negras e o trabalho nas águas.

Explorar a relação entre o trabalho das mulheres negras e o mar remete ao entrelaçamento entre as relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, necessárias ao entendimento desta temática. Como herança de mais de 3 séculos de escravidão, as mulheres negras ainda permanecem em situações mais acentuadas de exploração e dominação, seja na área urbana ou na área rural. Sob tal patamar, a exploração do trabalho permanece como definidor de sua condição na sociedade. Davis (2013) expõe:

Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. (DAVIS, 2013, p.10)

Através desse contexto, iremos nos aprofundar para que possamos compreender a realidade das mulheres negras que trabalham no mar. Elas enfrentam uma rotina intensa de trabalho, assumindo a parte mais artesanal da pesca, lidando com os mariscos e encarregando-se da limpeza dos peixes capturados pelos homens. Além disso, exercem funções domésticas e cuidados voltados para os membros da família, encarando isso como uma responsabilidade natural.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sobre isso Amaral *et al.* (2021, p.1), diz que, “a atuação da mulher neste universo ocorre, com algumas exceções, num contexto de invisibilidade e desvalorização do seu trabalho, entendido, muitas vezes, como extensão das tarefas domésticas, e não como pesca propriamente dita”.

Nas colônias pesqueiras existe uma hierarquia fundamentada na divisão sexual do trabalho. No geral, as mulheres costumam ser responsáveis por atividades consideradas “mais leves” como a mariscagem que é feita no manguezal e requer paciência, enquanto os homens ficam com os trabalhos considerados pesados que no geral envolvem força física (CALAZANS, 2017).

Em uma pesquisa¹¹ realizada com pescadores no ano de 2017 no quilombo de São Braz em Santo Amaro - Bahia com o intuito de identificar a hierarquia de gênero no meio do trabalho com a pesca, foram feitas entrevistas para que pudessem captar a maneira como enxergavam esse tema. Em uma das falas, uma das mulheres marisqueiras diz que a pesca costuma ter uma atuação predominantemente masculina, pois por muitas vezes exercerem atividades que precisam de muita força física, como por exemplo, o manuseio da rede de pesca. Ainda assim, ela cita algumas mulheres que exercem a mesma função dos homens, mas reforça que é preciso “arriscar” esticar a rede, atribuindo um ato de “coragem” para as mulheres que o fazem.

Mesmo a mariscagem carregando o estereótipo de atividade leve, no mangue é preciso de bastante esforço físico, já que é necessário inserir o braço inteiro na lama a procura dos siris, além de que ao andar as pernas afundam de maneira que a ação acaba sendo exercida com o corpo quase inteiro submerso. Após isso, as mulheres ainda precisam fazer o processo da catação onde retiram as carnes das conchas e siris para que possam ir à venda. Nota-se que o trabalho exercido por elas nas colônias é essencial para a manutenção de suas operações, pois os alimentos só alcançam a etapa final de comercialização após passar pelo trabalho delas (RODIN, 2021).

A problemática do preconceito encontrado nas colônias quando se trata da divisão sexual do trabalho está intrinsecamente ligada às questões raciais. Os poucos estudos encontrados sobre as mulheres na pesca revelam que a maioria delas são negras, o que traz outras nuances ao processo de exploração. Mas para além disso, o perigo está na hierarquização do trabalho que rotula as atividades exercidas por elas como frágeis, quase sempre associando-as ao fracasso e ao insucesso da pesca, o que resulta na falta de reconhecimento delas na profissão. Isso acaba

¹¹ A pesquisa foi realizada por Roseni Santana Calazans, com o título “Marisqueira é pescadora: mulheres negras do quilombo de São Braz”.

contribuindo para o difícil acesso e criação de políticas públicas voltadas para o trabalho de mulheres pescadoras.

O projeto “De mãos dadas criamos correnteza”¹² reafirma isso quando cita que as mulheres negras que trabalham nas águas carregam consigo não somente o estigma racial, mas também sofrem com a relação de poder patriarcal e com a sobrecarga de trabalho, sendo elas responsáveis pelo trabalho reprodutivo e cuidado da família. O conjunto dessas características as torna invisibilizadas, fazendo com que elas não tenham reconhecimento nem mesmo dentro da profissão. Um exemplo disso é que muitas não têm acesso a carteira de pesca, e acabam representando apenas 24,35% do registro geral.

Além disso, outro estudo¹³ aponta que a presença feminina nas colônias também é afetada por um alto índice de analfabetismo. Sobre isso, Santos (2014, p.2), diz que “parece contraditório, mas, são estas mulheres quem guardam o registro de suas histórias e de sua comunidade, através do repasse diário vão refazendo e reaprendendo como atuar na sociedade”.

As mulheres negras são figuras centrais quando o assunto é o trabalho nas águas, sendo essenciais para a sustentação das colônias pesqueiras. É fundamental destacar que o apagamento histórico as priva do reconhecimento e impedem que fortaleçam sua identidade étnico/racial e de classe.

Conclusões

Percebemos com os estudos acerca do tema abordado, que as mudanças no mundo do trabalho, sobretudo nas áreas rurais e da pesca apresentam uma série de desafios, diante do avanço do agronegócio que intensifica a exploração e degradação do meio ambiente prejudicando principalmente os trabalhadores rurais que dependem dos recursos naturais para sobreviver.

No Rio Grande do Norte nota-se que há uma diversidade no que se refere à economia e cultura no Estado, quando observamos a existência de diversas comunidades pesqueiras, que por vezes dependem da pesca artesanal como principal fonte de renda. Contudo enfrentam a pressão das grandes indústrias capitalistas que tentam invadir seus territórios a fim de explorar

¹² O projeto “De mãos dadas criamos correnteza: populações costeiras fortalecidas na luta por justiça socioambiental e climática” surgiu em 2022 com o intuito de estabelecer uma discussão sobre clima, meio ambiente e direitos humanos, cobrando por direitos e deveres do Estado. O projeto está no Ceará, Recife e Rio de Janeiro e foi criado e financiado pela União Europeia, embora enfatize que o conteúdo publicado no site oficial nem sempre representa a posição da União.

¹³ Informação retirada do artigo: “Mulheres Negras Pescadoras: Memória e Reconstrução de Identidades”, escrito por Maria Jose dos Santos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não só suas forças de trabalho, mas principalmente os recursos naturais que os cercam. Diante dessas situações e embates, muitas comunidades resistem e se organizam coletivamente contra o avanço destrutivo do capital.

No que se refere a realidade das mulheres pescadoras, estas vivenciam situações de exploração e dominação, como repercussão da sociedade patriarcal, capitalista e racista, da qual o rural, em sua diversidade, também é parte. Uma análise do trabalho no mar, bem como das organizações políticas dos trabalhadores que compõe este segmento deve prescindir sempre de uma análise da totalidade social nas relações de classe, raça e sexo/gênero, sem a qual a aproximação do conhecimento da realidade estará cada vez mais distante.

Referências

ALMEIDA, J. P. Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina. Brasília: UnB, 2017 (Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Política Social)

ANTUNES NETO, J. N.; SILVA, R. O.; AMARAL, S. C. de S. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 16, n. 43, p. 103-128, dez., 2021.

Articulação de Mulheres Pescadoras. De mãos dadas criamos correnteza, 2023. Disponível em: <https://demaosdadas.org.br/articulacao-de-mulheres-pescadoras/>

CALAZANS, R. S. (2017). MARISQUEIRA É PESCADORA: MULHERES NEGRAS DO QUILOMBO DE SÃO BRAZ – SANTO AMARO, BAHIA. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 9(23), 82–108. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/508>

CNN Brasil. Brumadinho: 5 anos - Familiares e amigos prestam homenagens às vítimas da tragédia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brumadinho-5-anos-familiares-e-amigos-prestam-homenagens-as-vitimas-da-tragedia/#:~:text=A%20barragem%20B1%20da%20mineradora,maiores%20desastres%20ambientais%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 02 abr. 2024.

COMBES, D.; HAICAULT, M. Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classe. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée [et.al.]. O sexo do trabalho. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Mulheres em Movimento, v.01). (pp. 23-43).

CRUZ, H. M. S. Mapa Colônias Potiguares. Natal/RN 11 de abril de 2024 (Email).

DAVIS, A. Mulher, Raça e Classe. The Women's Press, Ltda. Grã Bretanha,. 1982. Tradução Livre. Plataforma Gueto.2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DIAS, T. L. P.; ROSA, R. de S.; DAMASCENO, L. C. P. Aspectos socioeconômicos, percepção ambiental e perspectivas das mulheres marisqueiras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Rio Grande do Norte, Brasil). *Gaia Scientia*, [s. l.], ed. 1, 2007.

ENGELS, F. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Leandro Konder. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol.3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1961.

Federação Dos Pescadores Do Rio Grande Do Norte – FEPERN (2024)

FIGUEIREDO, M. M. A.; PROST, C. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30024>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980.

GOULART, L. L. O CANTO DAS SENHORAS ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC) DE VELHAS MULHERES DA PONTA DO TUBARÃO,

IDEMA, Plano de manejo da RDS Ponta do Tubarão: Diagnóstico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão. Natal: FUNCITERN, 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. 2007. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [S. l.], 2007.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas).

LUKÁCS, G. *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios fundamentais de Marx*. Tradução C. N. Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEDEIROS, P. J. A. C.; MILLER, F. S. “Pra Defender Meu Território, Viro Enxu” - Sobre A Luta Das Mulheres Em Defesa Do Território Tradicional De Pesca De Enxu Queimado – Rn. *TESSITURAS*, Pelotas | RS, v. 11, ed. 1, jan-jun 2023.

Movimento dos pescadores e pescadoras Artesanais. Cartilha para trabalho de base da Campanha pelo território pesqueiro. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro.pdf>. Acesso dia 12/03/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NOBRE, M.. Relações de gênero e agricultura familiar. In: Nobre, Miriam [et al] (Orgs.): Gênero e Agricultura Familiar. SOF, São Paulo, 1998. Disponível em:
<https://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso dia 12/03/2024

ANTUNES NETO, J. N.; SILVA, R.O.; AMARAL, S. C.S. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil . Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 16, n. 43 Dez., p. 103–128, 2021. DOI: 10.14393/RCT164305. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62618>.

PESSOA, V. M.; RIGOTTO, R.M. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, [S.L.], v. 37, n. 125, p. 65-77, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0303-76572012000100010>.

Rio Grande do Norte. Lei 8.349 de 18 de julho de 2003. Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos Municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências. Natal: Câmara Estadual (2003). Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000043673.PDF>
Acesso em: 08 mar. 2024

RODIN, P. Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras de Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v. 23, E202133pt, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. J. Mulheres negras pescadoras: memória e reconstrução de identidades. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.3, n. 2, 2014.

SILVA, E. F.; OLIVEIRA, J. E. L.; JUNIOR, E. L. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE COMUNIDADES LITORÂNEAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO DE CASO - TIBAU DO SUL – RN. Bol. Téc. Cient. CEPENE, Tamandaré - PE - v. 19, n. 1, 2013

SILVA, L. K. T.; MILER, S. PESCA ARTESANAL NO LITORAL SUL POTIGUAR: PERFIL SOCIOECONÔMICO, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS. Vivência , [s. l.], n. 53, 2019.

VITAL, M. M.; MOURA, J. T. Vaz de. “ENXU QUEIMADO EXISTE PORQUE PERSISTE”: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ENXU QUEIMADO/RN. Geografia em Questão, [s. l.], v. 16, ed. 3, 2023.